

INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS: inventário dos ofícios e modos de fazer da pecuária no Pampa

Marília Floôr Kosby¹

Liza Bilhalva Martins da Silva²

Resumo: De acordo com a política de preservação da diversidade étnica e cultural do país, o Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS visa documentar, produzir conhecimento e reconhecer os ofícios e modos de fazer da pecuária como referência na estruturação dos modos de vida no Pampa. A metodologia do IPHAN objetiva à realização de levantamento preliminar de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações sociais entre homens, animais e utensílios envolvidos na criação de bovinos, equinos e ovinos dessa região.

Palavras chave: Patrimônio. Ofícios e modos de fazer. Pecuária.

Abstract: In accordance with ethnic and cultural diversity preservation politics of the country, the National Inventory of Cultural References – “LidasCampeiras na Região de Bagé/RS” aims to document, produce knowledge and recognize the crafts and ways of doing of the livestock such reference in the structuration of lifestyles in the region of the Pampa. The methodology of IPHAN objective to carry out a preliminary survey of bibliographic and ethnographic data about the social relation between the human beings, animals and artifacts involved in the breeding of bovines, equines and ovines of this region.

Keywords: Heritage. Crafts and ways of doing. Livestock

1. Introdução

A presente iniciativa de pesquisa visa à elaboração da primeira fase do inventário das lidas campeiras na pecuária da região de Bagé/RS³, situada na área cultural do bioma Pampa, a partir de levantamento preliminar de dados bibliográficos e etnográficos sobre as relações

¹ Mestre pelo PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mfkosby@hotmail.com

² Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lizabms@gmail.com

³ A execução do *INRC das Lidas Campeiras na Região de Bagé/Fase 1 (Levantamento Preliminar)* é uma ação realizada por equipe da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), por solicitação e com recursos do IPHAN, no âmbito do PAC das Cidades Históricas (Termo de Cooperação nº 01/2010). Equipe de pesquisadores: Flávia Rieth (Coordenadora), Marília FloôrKosby, Liza Bilhalva Martins da Silva, Pablo Dobke, Marta Bonow, Camile Vergara, André Coser, Cristiano lemes da Silva, Fabíola Mattos Pereira, Daniel Vaz Lima, Vanessa Ercolani Duarte e Cláudia Turra Magni (Consultora em Antropologia da Imagem).

sociais entre homens, animais e utensílios envolvidos na produção pecuária na região sul do Rio Grande do Sul, e sua consecutiva documentação e divulgação.

Respondendo a necessidade de classificar e salvaguardar bens imateriais, foram criadas, a partir do ano 2000, comissões com a finalidade de propor formas de proteger a memória coletiva de grupos sociais, culminando no reconhecimento dessas manifestações como bens nacionais e na definição do conceito de patrimônio imaterial, estabelecida pela UNESCO em 2003, que o define como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003 *apud* FREIRE, 2005, p. 16).

Nesse sentido, entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a preservação e a promoção deste patrimônio em seus diversos aspectos. Tal patrimônio imaterial, fundado sobre a tradição é apresentado como intangível e também como absolutamente dinâmico uma vez que revela uma renovação constante de suas formas de expressão.

Ao pensar as culturas como patrimônio, a partir do que sugere Gonçalves (2004), atenta-se para a ideia de comunicação entre o passado e o presente, o cosmo e a sociedade, o indivíduo e o grupo social, e entre a história, a memória e a experiência, considerando, portanto, as dimensões da ressonância, da materialidade e da subjetividade.

A ressonância nos remete aos significados dos fatos para além da atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos, tratando do reconhecimento da particularidade de tal identificação. A ênfase na materialidade dialoga com o conceito antropológico de cultura, no intuito de indissociar os aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural. De outra parte, tais fatos não se constituem somente como emblemas exteriores ao indivíduo, trazendo a dimensão do patrimônio como constitutiva dos sujeitos.

Desta forma, a proposta de inventariar a pecuária como referência cultural do pampa, privilegia a relação cultura/natureza, mais especificamente a relação dos humanos com os animais, para pensar a configuração desta paisagem.



Figura 1: Peão na lida campeira. Arroio Grande/ RS. Acervo do INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS.

2. Metodologia

A metodologia desenvolvida pelo IPHAN para inventariar bens patrimoniais de caráter imaterial é empregada neste projeto, beneficiando-se da experiência acumulada por membros da equipe de pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais - Produção de Doces Tradicionais Pelotenses. O projeto ainda recebe sustentação do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som (LEPPAIS)⁴. Tal metodologia aponta a execução dos seguintes objetivos:

- constituição da equipe de pesquisadores e consultores;
- realização de levantamento bibliográfico acerca da produção pecuária no Rio Grande do Sul;
- preenchimento das fichas do levantamento bibliográfico;

⁴O LEPPAIS, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Claudia Turra Magni, está vinculado ao Curso de Antropologia Social e ao Mestrado em Ciências Sociais da UFPel.

- delimitação do sítio da pesquisa e mapeamento das localidades abrangidas pelo trabalho de campo;
- constituição da lista de contatos a serem entrevistados;
- realização das entrevistas com interlocutores vinculados ao universo da produção pecuária;
- registro etnográfico em feiras, remates e leilões de gado;
- registro etnográfico do trabalho de criação, recriação e comercialização dos rebanhos ovinos, bovinos e equinos, configurado na lida campeira;
- levantamento e documentação em fichas dos agentes relacionados à cultura material constituinte da produção pecuária;
- constituição de acervo documental (visual e audiovisual) dos registros de pesquisa;
- produção bimestral de relatórios de atividades realizadas;
- produção de pôsteres com textos e imagens expondo os resultados das atividades da primeira fase do inventário;
- elaboração do relatório final da primeira fase do INRC-Bagé.



Figura 2: Entrevista com capataz de estância em Aceguá, Corredor Internacional Brasil-Uruguaí. Acervo do INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS.

3. O Sítio

Bagé – cidade situada na campanha Sul-Riograndese – desde muito cedo se notabilizou pelo forte arraigo à tradição pecuária, apoiada pela vastidão de campos característicos da região – o pampa – e pela proximidade com o país vizinho Uruguai, notável pela produção pecuária, o que foi de grande valia para a introdução de raças puras ao sistema criacional bovino, não só para a região, assim como para todo o Estado.

O gado antes de ser domesticado pelas estâncias missioneiras, em um primeiro momento era caçado – a denominada preia do gado selvagem – pela população que vagava errante pelas estepes do sul. Retirava-se do animal principalmente o couro, que valia como moeda de troca no Rio da Prata. Outro fator importante nesta ocasião era a questão do comércio informal com a Banda Oriental; o popular contrabando fez com que centenas de cabeças de gado atravessassem de lá para cá e vice-versa, prática essa adotada até meados do século XX. Para o historiador Cláudio Lemieszek, a vinculação de Bagé no que condiz à pecuária, está fortemente ligada a esse processo de rota de passagem de tropas e comercialização com os países Platinos, visto a localização deste posto, mas principalmente a vastidão e bom preparo de suas pradarias (LEMIESZEK, 2012).

Além do gado bovino, destaca-se a importância do cavalo crioulo e da ovinocultura para a região, mencionando que o aperfeiçoamento genético destes foi gerado algumas décadas após o melhoramento bovino. Para salientar ainda mais essa representatividade, a região detém grandiosos prêmios no que se refere à ovinocultura, a partir dos criatórios de Pedras Altas e Pinheiro Machado, nos quais se podem enfatizar a notabilidade do conhecido “cordeiro Pedras Altas” – excelência em matéria de carne – e a lã da raça merino, que por muito tempo devido a sua qualidade sustentou a produção laneira da crescente indústria têxtil que vinha se destacando na região sul do estado, onde pode-se destacar a Fábrica Rheingantz de Tecidos na cidade de Rio Grande. Já a criação de ovelhas, além de suprir a demanda doméstica de carne da propriedade, através da venda anual de lã, ajudava a cobrir as despesas de manutenção da propriedade – com o advento da lã sintética, a criação de gado ovino diminuiu expressivamente, passando a atender nichos específicos do mercado de carne e a demanda da produção artesanal de artefatos de lã.

A região de Bagé também é considerada um dos maiores criatórios de cavalos do país, comportando ao todo 56 haras especializados na criação e melhoramento da raça de cavalos Crioulo e Puro Sangue Inglês (PSI). Com este enfoque, Bagé atravessa o século XX buscando

não só uma melhoria genética dos seus rebanhos, como também novas alternativas para a melhoria da criação dos mesmos, de modo que os criadores comecem a investir na melhoria de suas estâncias, transformando as antigas fazendas de criação extensiva em moldes modernos da pecuária-industrial para uma criação intensiva.

A criação e a exposição de gado de corte gera milhões de reais para a região da campanha. Estas duas atividades são majoritariamente vinculadas a grandes e médias propriedades rurais. No entanto, embora o ponto de partida para este estudo seja a região da campanha, mais especificamente, a localidade de Bagé, a paisagem cultural que se configura a partir da produção pecuária, sua origem, manutenção e perpetuação extrapola tais limites geográficos e políticos, transitando suas fronteiras pelos territórios que abrangem a chamada “cultura gaúcha”.

Assim sendo, tal área cultural perpassa tanto o sul do Rio Grande do Sul quanto os países vizinhos, como Argentina e Uruguai. Ondina Fachel Leal discute a constituição acadêmica e sócio-antropológica do “Sul” como um território de significados de uma realidade social específica, de um sistema de valores e de uma determinada área social. Para Leal (1997), “os limites desta área cultural etnografada e etnografável, frequentemente nominada o Sul, numa estratégica imprecisão retórica, não coincidem com os limites políticos do estado do Rio Grande do Sul ou mesmo os da nação Brasil.”



Figura 3: Paisagem do pampa. Município de Aceguá/RS. Acervo do INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS.

4. Pecuária e cultura gaúcha

O termo *gaúcho* aqui não será tratado em sua designação pátria, ou seja, como se referindo apenas àquelas pessoas naturais do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, tampouco, a denominação *pampa* será configurada somente conforme delimitações geográficas e biológicas, mas será referida a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem entre paisagens, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida “campeiro” (sua construção, abandono e perpetuação).

Os *gaúchos* desta pesquisa são pessoas que vivenciam ou já vivenciaram os trabalhos realizados na empresa da pecuária extensiva com o intuito de criar, manter e reproduzir rebanhos de gado ovino, equino e bovino, no extremo meridional da América do Sul – realidade que mescla as fronteiras político-geográficas entre o estado do Rio Grande do Sul e os países vizinhos, Argentina e Uruguai (LEAL, 1989; 1992A; 1992B; 1997; KOSBY&RIETH ET AL, 2011).

Dentre as inúmeras atividades que podem ser encerradas no que se conhece por “lida campeira”, estão os ofícios de *esquiladores* (que fazem a tosa dos ovinos), domadores, tropeiros, *changueros* (que realizam atividades campeiras diversificadas em ocasiões esporádicas), *alambreadores* (que constroem alambrados), *posteiros* (residentes que vigiam as extremidades das grandes propriedades), caseiros, capatazes, peões, *guasqueiros* (criadores de artefatos e utensílios em couro), entre outros, que vivem ou viveram praticando trabalhos relacionados à pecuária⁵. Esses ofícios, citados assim, como especialidades de determinados trabalhadores, são, no entanto, abarcados pelo saber de um único (e múltiplo) agente, o “campeiro”, aquele que conhece e sabe fazer um pouco de cada uma das lidas que compõem a lida propriamente dita.

Acontece que tais ofícios e seus sabedores compartilham territórios de existência (GOLDMAN, 2006) de um modo de vida que traz como motor de sua descrição/invenção a própria ruína – encarada aqui não como um ponto final, mas como o conjunto de transformações que o mundo da pecuária sofre desde seus primeiros sinais de instauração na

5 Segundo relatos de estancieiros, quem fazia esse trabalho eram “os negros”. Por outro lado – numa expressão que abarca descendentes de africanos e mestiços destes com indígenas -, peões e ex-peões afirmam que “os patrões não gostavam de branco para esse serviço” bruto, perigoso e total. Embora voltadas ao passado, essas declarações tratam dos ascendentes dos atuais trabalhadores campeiros a que este estudo se refere, visto que tais saberes são em geral transmitidos de geração para geração familiar.

porção mais meridional do Brasil e seus lindeiros. Nesse sentido, conforme Roy Wagner (2010), cultura é uma criação intelectual que se dá a partir do encontro entre duas variedades do fenômeno humano, uma relação que é mais real do que as coisas em relação. É, portanto, o contraste que torna visível a noção de cultura, pois esta não é algo absoluto, objetivo. O outro, portanto, faz parte de uma “realidade” inventada conforme sua criatividade – que não é um reflexo da do antropólogo.

A primeira grande mudança, que deslocou a relação de preá, ou caça do gado selvagem, para a de sua criação, foi o cercamento das estâncias, em meados do século XIX, inicialmente com vegetação e pedras, depois com fios de metal intercalados por piques de madeira e moirões de pedra, os chamados aramados ou alambrados (Moreira, 1999). O mesmo empreendimento que fez do cavalo instrumento indispensável para se arrebanhar o gado – e possibilidade de existência e sobrevivência para caçadores nômades –, ao se aprimorar, cria barreiras para sua utilização. A mobilidade que o cavalo dá ao índio está presa às atualizações da sistematização da produção do gado. É fato recorrente na bibliografia historiográfica (NAHUM, 1968; CURI, A., S/D; DE NIGRIS, 2011; GARCIA, 2011; PALMISANO, S/D; SALVATORE, 1992) que o uso do cavalo por indígenas como os Charruas e Minuanos, foi vivenciado de forma ambígua, estando no cruzamento entre a liberdade e a estagnação. O pastoreio à cavalo está associado à pecuária e ao aramado, que sedentarizaram grupos de índios, o que correspondeu à extinção quase total de sociedades inteiras. Ao mesmo tempo em que se tinham os meios para andar muito, este meio veio acompanhado de seus próprios obstáculos.

A possibilidade de se valorizar a carne bovina, com o advento das charqueadas e depois dos frigoríficos, também foi modificando a relação com os animais – tanto no que diz respeito à criação, quanto ao transporte, à comercialização e ao abate. Algumas estâncias foram se dedicando apenas ao engorde de terneiros, outras mantiveram o ciclo completo de criação e comercialização dos animais, algumas intercalam os dois sistemas. Há estâncias em que o pastoreio é extensivo, há aquelas que adotam o sistema Voisin de pastoreio rotativo, cuja principal diferença no trabalho empregado é que “neste caso é o boi quem segue o homem, não o homem quem corre atrás do boi” e quase não se usa cavalo; há ainda as que mesclam os dois modelos. A maior dificuldade apontada por aqueles proprietários que tentam adotar o sistema Voisin diz respeito à dificuldade de se encontrar mão-de-obra para este tipo

de pastoreio, principalmente porque a maioria dos peões não consegue se adaptar ao trabalho sem o laço e o cavalo, sem a necessidade de dominação violenta do gado.

Dentre as muitas transformações tecnológicas vivenciadas pela empresa da pecuária extensiva na região do pampa – em nome do aprimoramento da capacidade humana de executar atividades de convivência e controle com forças brutas da natureza para fins lucrativos (LEAL, 1992) –, uma nos parece fundar um intervalo profundo entre o que se vive e o que se deixou de viver, qual seja, a separação do homem de sua vida “para fora”⁶. Um intervalo cuja distância torna-se ainda maior, quase intransponível, quando se tem de percorrê-la já sem a condução de um cavalo. A impossibilidade de andar a cavalo por problemas de saúde relacionados à idade avançada e ao esforço físico contínuo, bem como o afastamento espacial entre homens e animais são as principais queixas proferidas por trabalhadores que deixaram o campo para viver na cidade; o que fica claro na fala de Seu Edevar: “Do que eu tenho mais saudade é de montar num cavalo e juntar umas vacas.” (ARROIO GRANDE, MAIO DE 2011).

Acordar antes de raiar o sol e ter que quebrar geada com a sola do pé descalço, derrubar novilhos com o próprio corpo (pois o laço pode fraturar o animal), correr risco de morte ante a fúria de um touro, participar do mesmo ambiente que animais peçonhentos e feras, enfrentar temporal no meio do campo aberto para salvar filhotes do rebanho, domar cavalo xucro, a solidão, a distância, são alguns aspectos apontados como responsáveis pelo fato de serem “brabíssimas” as lidas campeiras – o que, no entanto, não chega a representar uma potência negativa, visto que, pelo contrário, o controle dessas situações impostas pelas forças da natureza selvagem, (incorporado, é claro, pela exploração capitalista de sua força de trabalho), tem agência construtora dos sujeitos. Embora seja descrito como árduo, perigoso, insalubre, esse modo de vida parece trazer nessas mesmas agruras os atributos ontológicos necessários à construção desses homens como pessoas, à manutenção de sua existência.

⁶Ir “para fora” é ir para o interior, para a zona rural. Pode-se dizer também “aqui fora”, como significando “aqui na estância”, “aqui na fazenda”. Tem-se para fora uma temporalidade peculiar, uma rotina combinada com a dos bichos. Para fora parece haver uma inversão nas categorias do tempo e do espaço: quando alguém “ganha no mato”, pode ter apenas entrado nele, mas isso pode querer dizer perder-se dentro dele, ou mesmo, não querer ser encontrado. Viver para fora vale a realização que o serviço do campo proporciona, mas é difícil quando é muito frio ou muito quente, quando chove demais; é perigoso e requer cautela frente às forças da natureza e a distância entre vizinhos. Requer um saber viver também peculiar. Quando se está numa cidade de centro urbano maior, como Pelotas, pode acontecer das pessoas se referirem aos municípios menores da região como “para fora”.

A crescente racionalização e burocratização do trabalho campeiro (CESAR, 1978), que domesticava animais e homens⁷, esteve diretamente atrelada à transformação desses homens de nômades para sedentários ou migrantes. Os peões, os *posteiros*, os capatazes, os caseiros, dão um primeiro sinal de sedentarização, como empregados de estância, mas ainda estão no campo; já os *esquiladores*, *alambradores*, *changueros*, *tropeiros* e *domadores* têm iminentes aos ofícios a potência de não possuírem patrão fixo, de trabalharem por empreitadas, no campo. Ambas as categorias, no entanto, assentam sua ruína na migração para a cidade, no lamento por ter que abandonar o trabalho e a vida “para fora”.



Figura 4: Domador. Morador do bairro Ivo Ferronato, na periferia de Bagé/RS. Acervo do INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS.

⁷Quanto ao trabalho campeiro como forma de socialização daqueles que de alguma forma instauram a desordem, é interessante conhecer a história da instituição educacional Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, situado em Pelotas/RS, abrangendo uma área equivalente a 200 hectares, dentro do perímetro urbano da cidade. Fundado no início da década de 1920, o Patronato Agrícola Visconde da Graça tinha como objetivo “qualificar mão-de-obra livre para o trabalho na agricultura e retirar dos centros urbanos os chamados desvalidos de sorte, os pobres órfãos e aqueles marginalizados que atrapalham para o bom desenvolvimento dos centros”. (VICENTE, 2010.p.60). Neste sentido a Instituição escolar acaba por responsabilizar-se pela socialização e reprodução de normas de caráter familiar como a imposição de limites, regras e horários daqueles que por questões jurídicas se encontram sob a guarda da Instituição escolar (Silva; Pereira & Vergara, 2011).

A migração para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida – frente à ausência de infraestrutura, de segurança pública, saúde e educação nas zonas rurais – aliada aos altos custos de manutenção dos empregados na estância, ao destaque de tecnologias de substituição da mão-de-obra humana e animal por maquinários e avanços da biogenética veterinária, parecem ter feito aparecer com mais nitidez – mesmo que, paradoxalmente, a partir de seu rompimento – o laço mais forte entre o gaúcho e a vida campeira, qual seja, o de sua profunda convivência com os bichos e seu entendimento da terra onde pisa (VAZ MATTOS, 2011).

5. Considerações finais

A realização da primeira fase do Inventário Nacional de Referências Culturais – Pecuária, Bagé/RS busca apresentar os ofícios e modos de fazer que compõem o sistema da pecuária como um fato social total que nos permite pensar a região do pampa. A amplitude do tema se evidencia nas dimensões étnicas, regionais, gênero, classe social, fronteira, cultura material, família e ciclos de vida, transmissão de conhecimento e aprendizagens, relação natureza e cultura, sociabilidades, trabalho, campo e cidade contempladas na investigação.



Figura 4: Meninos do bairro Ivo Ferronato, na periferia de Bagé/RS, brincando de laçar. Acervo do INRC – Lidas campeiras na região de Bagé/RS.

O sítio da pesquisa se delimita como Bagé e Bagé Antiga, considerando os processos de emancipação dos municípios de Aceguá, Candiota, Pinheiro Machado, Hulha Negra, Dom Pedrito e Pedras Altas que alteraram as fronteiras políticas do município de Bagé. E, ao localizarmos Bagé na região cultural do pampa, caracterizada pela pecuária extensiva, de paisagem horizontalizada com predominância de vegetação rasteira, de gramíneas, onde o homem é o grande semantizador da cultura (LEAL, 1997), tais fronteiras se expandem, compondo culturas de fronteira (HARTMANN, 2011). Assim, ao tratarmos das redes de criação, comercialização e abate do gado incluímos, neste estudo, as cidades de Pelotas, Arroio Grande, Herval, Canguçu e Piratini, municípios onde também observamos festas, rituais de marcação e realizamos entrevistas sobre as lidas campeiras.

Até o presente realizamos cerca de dezesseis entrevistas, destas sete foram filmadas; temos a gravação de oito entrevistas e a edição de três vídeos. No acervo fotográfico contam cerca de mil fotos, sendo que grande parte deste material se encontra no blog WWW.INRCBAGE.WORDPRESS.COM.

Para apresentar as diferentes temáticas que constituem o sistema da pecuária na região do pampa constam ainda oito banners que se utilizam do acervo fotográfico do INRC- Bagé, os quais também estão sendo apresentados nesta RBA.

- Título do banner: *“Patrimônio, Cultura e Paisagem no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça”*, de Camile Vergara;
- *“Masculinidade, Memória, Narrativa e Socialidade na Região Pampeana do Rio Grande do Sul”*, de Liza Bilhalva Martins da Silva;
- *“Artefatos Campeiros: agentes na pecuária da região pampeana do Rio Grande do Sul”*, de Marta Bonow;
- *“Tempo de Tosquia’: estudo etnográfico da lida campeira no pampa”*, de Pablo Dobke;
- *“Gaúchos e Gauchos: um estudo sobre fronteiras a partir do encontro entre Antropologia e Turismo”*, de Vanessa Duarte;
- *Blog do INRC – Bagé (1ª Fase)*, de Vanessa Duarte.

A interface do INRC com a universidade, executora do projeto, possibilita o aprofundamento das temáticas a partir dos desdobramentos em Trabalhos de Conclusão de Curso e Dissertações de Mestrado.

Referências:

CESAR, G. **O Conde de Piratini e a Estância da Música**. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Instituto Estadual do Livro. Universidade de Caxias do sul, 1978.

CURI, Alcides B. Hacendados, tierras y fronteras en la provincia de Buenos Aires (1810-1852). s/d DE NIGRIS, Paola. **El Uruguay del 900**. Disponível em <http://paola-literatura.blogspot.com/2011/02/el-uruguay-de-1900.html> Acesso em: 21 de jun. 2011, 17:45.

FREIRE, Beatriz Muniz. O Inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. In: **Cadernos do LEPAARQ**. Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, vol. II, n. 3, p. 11-19, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos** / UFRGS. Ano 10, n. 22. Porto Alegre: PPGAS, 2004.

HARTMANN, Luciana. **Gesto, Palavra e Memória**. Performances narrativas de contadores de casos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

KOSBY, Marília Floôr; RIETH, Flávia et al. INRC – Bagé/RS: Inventário do sistema da pecuária no sul do Rio Grande do Sul. **Anais da IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL**, GT "Famílias, Afetos e Patrimônio". Curitiba, 2011.

LEAL, Ondina Fachel. **The gaúchos: male culture and identity in the Pampas**. Berkeley: University of California, 1989.

_____. Do etnografado ao etnografável: “O Sul” como área cultural. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 3, n. 7, p. XXX, Nov. de 1997.

_____. **O mito da Salamandra do Jarau**: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha. *Revista Psiquiatria*. RS, 14 (1): 8-11, jan/abr, 1992.

_____. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. **Cadernos de Antropologia PPGAS** - UFRGS, n. 6, 1992.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. **Entrevista concedida à equipe do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Bagé, 16 de Fevereiro de 2012.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: João Guizzo Editor, 1999.

NAHUM, Benjamin. La estancia alambrada. In: **Enciclopedia Uruguaya**. Montevideo: Editores Reunidos, n.24, 1968.

PALMISANO, Tomás. El campo de la modernización. Buenos Aires, s/d. SALVATORE, Ricardo. Reclutamiento militar, disciplinamiento y proletarianización en la era de Rosas. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”**. Tercera Serie, n. 5, 1992.

SILVA, Cristiano lemes; PEREIRA, Fabíola Mattos; VERGARA, Camile. Signos, práticas e representações: um estudo antropológico sobre a reprodução da cultura gaúcha em uma escola agrícola de Pelotas/RS. **Anais do XX congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas**. Pelotas, 2011.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 17 de Outubro de 2003.

VAZ MATTOS, Eron. **Entrevista concedida à equipe do INRC** – Lidas campeiras na região de Bagé/RS, na cidade de Bagé/RS, no dia 17 de setembro de 2011.

VICENTE, Magda de Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. Dissertação, 2010.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.